

O leitor entre as armadilhas do texto e da escola

João Adolfo Hansen

DLCV- FFLCH- USP

Para lhes falar sobre o tema que me foi proposto, “O leitor entre as armadilhas do texto e da escola”, vou ser breve, propondo algumas distinções que me parecem fundamentais. O tema nos adverte sobre a existência de perigos, “armadilhas”, que parecem ameaçar o leitor como equívocos, desvios, enganos, trapagens, bobagens, falsificações, erros e ideologia decorrentes de duas coisas: o modo ou os modos como o leitor se apropria dos textos produzindo valores-de-uso deles e o modo ou os modos como a forma escolar reproduz a ideologia quando produz e controla o corpo do aluno com a leitura. Não sei se consigo enfrentar tantos perigos. Mas, como o tema formula um intervalo, “O leitor *entre* as armadilhas do texto e da escola”, sugere que também é possível escapar das armadilhas. É por ele que eu vou entrar no tema, ficando por assim dizer “entre”- entre o leitor e o texto, entre o aluno-leitor e a escola, entre eles e as armadilhas - porque também é pelo “entre” do intervalo da regra simbólica que eu pretendo sair desta minha situação de fala.

Começo dizendo o que deve ser o mais óbvio para todos nós: nenhuma leitura é natural, pois qualquer leitura, desde as mais iletradas e ineptas até as mais especializadas e refinadas, é sempre uma formalidade prática que pressupõe outras formalidades práticas sempre arbitrárias- uso o termo “arbitrário” no sentido que o termo tem quando se fala do signo, “convencional”- ou seja, formalidades práticas históricas, convencionais, artificiais, situadas, datadas e particulares.

Quando falamos de leitura, estamos necessariamente pensando na forma do tempo. A forma do tempo marca uma ordem no “eu” do leitor, a ordem do que veio antes, do durante do seu aqui - agora e do que ainda deve vir. Experiência do passado, sensação do presente, expectativa do futuro. Quando falamos dos textos e do leitor modelados por essa ordem, também é preciso lembrar que há gêneros, inventados como modos sociais de classificar, distribuir e controlar os usos da linguagem, gêneros que por sua vez se incluem em regimes discursivos não-ficcionais, alguns pragmáticos, como os textos feitos para atingir coisas fora deles mesmos, ou científicos, que pretendem sistematizar e teorizar o universal, ou os textos que não admitem prova, porque exigem crença, como os religiosos, e os textos ficcionais, como os literários e

poéticos, que são experiências do possível produzidas por um ato de fingimento. Em todos os casos, os textos não representam a realidade, pois a relação da linguagem com ela não é de simples reprodução, mas de ação e produção. A linguagem não é a coisa extensa do real, mas sempre *forma*, determinação do indeterminado, como instituição social real. Os textos recortados na sua forma também são reais, como produtos simbólicos de práticas simbólicas que transformam, põem em cena, teatralizam ou dramatizam matérias sociais ou representações sociais do presente da sua produção como mensagens particulares com que a leitura faz a relação de experiência do passado e expectativa de futuro, formulando hipóteses sobre a realidade das coisas do seu presente. Essa relação é, evidentemente, histórica, ordenada por modelos culturais específicos de formações históricas específicas. Quanto ao leitor, ele é só um homem, ou seja, um ser temporal determinado pela morte. Ele tem uma vida que, para continuar desejando os objetos que preenchem o buraco do seu eu e a falta de sentido da destruição que é a sua história, relaciona intencionalmente os conteúdos empíricos do seu presente, que passa, enquanto é agido pelas sínteses passivas do tempo original do seu inconsciente. O leitor deseja ler um texto e realmente o lê, mas também é lido pelo seu imaginário, quando lê. Pensa ler e realmente lê, mas é lido pela sua cultura. Pensa ler e realmente lê, mas é lido pelo texto. O texto lê as legibilidades do leitor, pois o leitor é sempre um corpo tatuado pelos signos da cultura que se fala nele como uma algaravia de textos múltiplos e quase sempre contraditórios e conflitantes. Passivo, o leitor sofre o efeito do texto que lê, sempre posto entre as representações imaginárias que ordenam seu corpo e a regra simbólica que dá forma social a elas no seu corpo e no texto que lê. Ativo, o leitor não lê apenas reproduzindo o imaginário e a regra, porque a reprodução mais idêntica possível do texto lido já é diferença temporal, reflexão e auto-reflexão sobre os limites do imaginário e sobre os limites sociais da regra.

Assim, uma segunda coisa que me parece fundamental quando falamos de leitura é que, quando lê, antes mesmo de aprender alguma coisa com o texto, como os conteúdos dele, o leitor aprende que a verdade da leitura nunca é adequação do seu ato com o texto, mas sempre produção de novas significações e sentido. E isso porque, de vários modos, lendo o texto enquanto é lido por ele, o leitor formula conjuntos significativos ou sínteses parciais, que recolhem as formas do seu tempo de leitor em imagens possíveis de uma ação que resiste contra a morte dando sentido à experiência do seu presente. O sentido não preexiste ao ato que o inventa na leitura. A relação do leitor com as proposições do texto e com as coisas que elas nomeiam constitui objetos

que não são algo prévio a ser simplesmente reconhecido ou lembrado, mas algo produzido e posto como limite do processo com que dá sentido à sua prática. Deleuze dizia que, do verdadeiro, nós temos sempre a parte que merecemos de acordo com o sentido do que dizemos. A verdade que o leitor produz em qualquer leitura é um resultado empírico do sentido, como um produto que reage sobre si mesmo. No país das maravilhas, vocês se lembram, Alice diz que nunca ninguém falaria nada se pensasse antes de falar. Do mesmo modo, na leitura. Pareceria extremamente desencorajador e mesmo impossível ler qualquer coisa se, antes de começar, o leitor pensasse que está totalmente só e que, frente ao texto, tem de pressupor a série cultural em que ele se inclui e a complexidade sempre crescente dos conjuntos intotalizáveis das interpretações que já foram feitas e que ainda estão por fazer dele. A leitura pareceria mais impossível ainda se, antes de começar, o leitor também tivesse que ter consciência de todas as determinações históricas da sua individuação como indivíduo situado numa história de vida particular que começa com o teatrinho de papai e mamãe e continua com a classe e o sexo e a família e a instituição escolar e as contingências da sua sociedade etc. tudo isso acontecendo num ponto do tempo que sempre é outro, o do seu presente atual como leitor, diferente do presente congelado no tempo do texto. Mas o leitor lê, apesar de tudo, como parcialidade: seu conhecimento das determinações do texto e de suas determinações como indivíduo é sempre parcial. O leitor é sempre uma parcialidade parcial. Aqui, a armadilha que o espera é o erro não-intencional, que acontece quando confunde uma coisa do texto com outra, quando se desvia de uma medida supostamente correta para ler bem, quando seu bom senso falha em relação ao senso comum de uma comunidade de leitura, quando a sua interpretação escapa de uma ortodoxia. Paolo Fabri conta que em Siena, no século XV, os irmãos Sozzini traduziram assim o “No princípio era o Verbo” da Bíblia: “Era uma vez”. A tradução foi considerada absolutamente errônea e herética pela Santa Inquisição italiana, que os perseguiu por toda a Europa até que eles se refugiaram na sinagoga de Amsterdã. Mas o erro dos Sozzini era intencionalmente político e propunha a leitura atéia da Bíblia, transformando a palavra de verdade de Deus defendida pelo pensamento dogmático da Igreja no simples produto de um ato de fingir. Leram a Bíblia como quem lê um romance.

Na maioria das vezes, o leitor não comete propriamente erros intencionais, como o dos Sozzini, nem involuntários, mas impropriedades. Evidentemente, textos unívocos como os textos científicos não admitem interpretações desviantes. Mas, na

maioria dos textos, o chamado erro da leitura só se dá num campo determinado pela normatividade de um poder que já se apropriou deles, prefixando uma versão como sendo a verdade exclusiva transmitida por eles. Na maioria das vezes, uma armadilha comum da leitura consiste no fato de o leitor coincidir ingenuamente com as verdades supostas na representação imaginária que faz de si mesmo, traduzindo o texto pelos valores delas, sem distanciamento da própria fantasia. O distanciamento implicaria reconhecer a posição arbitrária de sua subjetividade e o convencionalismo das técnicas construtivas do texto. Essa coincidência consigo mesmo costuma produzir coisas insignificantes, banalidades tidas por coisas notáveis, bobagens como tradução, que suplementam o buraco da plenitude vazia do seu eu como um etnocentrismo ou, para falar com Marx, como uma universalização da particularidade. Também não podemos esquecer que os processos sociais de que o leitor é uma parte ínfima são monstruosamente incontroláveis por sua vontade ou iniciativa individual. Por exemplo, pensemos no que ocorre hoje.

Como professores, nós lemos profissionalmente textos fictícios e textos não-fictícios para alunos da escola pública, o que é uma coisa, e da escola privada, o que é bem outra; lemos com alunos das duas escolas, o que também são outras coisas; e também lemos textos dos alunos de uma e outra, o que ainda são outras coisas. Lemos segundo essas modalidades numa escola secundária ou numa universidade dominadas pela ideologia neoliberal que determina novos modos de controle do corpo pela aceleração da fragmentação e massificação do presente. O capital fragmenta e massifica e o presente parece não passar, durando como a repetição da troca econômica que produz a desierarquização ou equivalência de todos os valores culturais. Hoje, vivemos o imaginário cultural da cultura, ou seja, o texto sem a forma, a literatura sem a linguagem, a cultura sem a regra simbólica.

Assim, uma terceira coisa que me parece fundamental é que a leitura põe em contato duas séries heterogêneas que correm paralelamente uma à outra, o texto e o leitor, aproximando-se, tocando-se e afastando-se, sem nunca poder coincidir. O texto está num ponto da história e o leitor noutro. Esse “entre” os dois é um intervalo não só temporal, mas também semântico. O intervalo semântico corresponde à relação em que o texto lê o leitor que lê o texto, ou seja, a relação de significação e sentido. Nele é que acontecem os vazios do texto, como diz Iser, zonas de indeterminação em que o desconhecimento do léxico, o não entendimento da articulação sintática do discurso, a ignorância ou o desconhecimento dos conceitos e significados e a aparente falta de

sentido subvertem o leitor. É nesse intervalo, “entre”, quando a comunicação é estabelecida entre as duas séries, que há consequências imprevisíveis. Como dizia Deleuze, alguma coisa passa entre as bordas ou os limites desse “entre”, estouram acontecimentos e fulguram fenômenos do tipo relâmpago e raio. O intervalo temporal entre texto e leitor às vezes é pequeno, por exemplo quando eles são da mesma formação histórica e os modelos culturais que ordenam o texto são os mesmos da cultura do leitor. Mas o intervalo semântico, mesmo quando o intervalo temporal é pequeno, pode ser intransponível, pois também pressupõe a situação de classe e a posição de classe do leitor, sua instrução, sua informação, suas competências técnicas. Ele geralmente é grande, e às vezes é mesmo impensável e impossível de entender, quando o texto e o leitor são de formações históricas diferentes. Como ler ou entender hoje os glifos maias de Palenque, as inscrições de Dario na rocha da montanha sobre um abismo no Irã, os enunciados no alto da coluna Trajana em Roma? Como ler textos do Antigo Regime que pressupõem outros conceitos de tempo histórico, poder, pessoa, autoria, texto e público? Por vezes, ainda, e é o caso da nossa condição contemporânea, o intervalo não pressupõe a continuidade temporal, mas o descontínuo que estabelece outras modalidades de sujeito, outras concepções de realidade, outras definições de linguagem, outros sentidos para o tempo. Ainda não inventamos categorias adequadas para dar conta da mudança dos modos de conceber a experiência no tempo desde os anos 1980, quando o capital revolucionou as técnicas e as condições materiais da cultura e as utopias iluministas foram consideradas extintas. Lemos os textos de hoje, que não mais pressupõem as categorias iluministas de ontem, com as categorias iluministas de ontem. Ou seja: somos não-contemporâneos da nossa contemporaneidade, o que também é uma forma de alienação. De todo modo, para ler preenchendo o intervalo temporal e semântico, o leitor tem antes de tudo que suplementar a sua própria insignificância, a sua falta de significação.

Para isso, e essa é a quarta coisa fundamental que gostaria de mencionar, o leitor tem que reconhecer a ordem simbólica. Quando lemos, não se trata de fundar substancialmente a autoridade da enunciação do que é dito em indivíduos ou em instituições, mas trata-se de particularizar as contingências de um corpo em uma situação determinada, relacionando-as com um lugar institucional artificialmente construído de um tempo histórico. Nenhum relativismo; em vez disso, o pensamento do arbitrário simbólico que estrutura o inconsciente do leitor como sujeito da prática de leitura. Aqui, lembro Michel de Certeau e Lacan: o esquecimento do simbólico pelo

sujeito atinge sua história como alienação e é a restauração de sua memória o que lhe permite não uma recordação pura ou plena de sua experiência, mas um reconhecimento dos acidentes, hiatos e buracos que acontecem em seus enunciados. Ou seja: os conceitos da experiência de leitura devem ser captados e definidos num campo de linguagem ou, como diz Lacan, a ordem simbólica.

Tratar dessa ordem que estrutura os textos como invenção historicamente posicionada impede sua objetivação como elemento dado. Assim como Lacan, deveríamos pressupor que todo enunciado sobre o dizer e o fazer se desvanece com a própria operação que o funda: só é possível dominá-lo quando se recusa o domínio, por isso é necessário passar. Incorporando o Lacan do *Discurso de Roma*, Michel de Certeau diz, em *A Cultural Plural*, que quem deseja guardar algo coloca-se na dependência de uma ordem, de uma posse ou de uma ciência e se submete à lei, a lei da segurança e do lucro, que elimina, ao eliminar o risco do não-saber, a felicidade que promete. A alienação do simbólico significa: nada da felicidade, só as representações de uma plenitude imaginária. É necessário produzir a noite escura da alma em toda ação, discursiva ou não-discursiva, no sentido que referi: só há felicidade onde o outro indizível é condição do ser, pois onde está o outro é onde se faz a festa.

Os textos não representam a realidade, pois são forma simbólica recortada na linguagem como uma determinação do indeterminado que põe em cena os modelos culturais que dão forma às práticas da realidade. Os textos são reais quando encenam modelos culturais. Falando esquematicamente, um modelo cultural é uma síntese teórico-prática que relaciona a experiência do passado e a expectativa de futuro dando sentido à presença do presente. Os modelos culturais fundem normas de regulação social e esquemas de ação verbal em diversos níveis operatórios. Um deles é, por exemplo, teórico, e consiste nos pressupostos epistemológicos, conceitos, categorias, definições, argumentos, provas, exemplos de um campo específico de saber. Outro nível é pragmático e consiste nos preceitos que organizam a ação política sobre as coisas e os estados de coisas orientando o sentido da transformação delas segundo finalidades particulares. Outro, ainda, é técnico e corresponde à ordenação gramatical e retórica da forma da informação. Se pensamos “texto” como uma encenação de modelos culturais, podemos dizer que a leitura é uma tradução das figuras relevantes dos modelos culturais representados nele, ou seja, uma tradução da teoria, da pragmática e da técnica que são dramatizadas nele. Aqui, de novo, o intervalo: quando traduz a informação nova do texto por meio das informações que já conhece, em geral o leitor tende a fazer

duas coisas básicas: faz paráfrases e faz hiper-interpretações. Pela paráfrase, reproduz quase que literalmente a informação semântica do texto, sendo como que falado ou dominado pelo texto ou pela estrutura dele, sem distanciamento. Na USP, num curso de Graduação em que tratava do romantismo brasileiro, propus como trabalho possível a crítica de um ensaio de Antonio Candido sobre o *Memórias de um Sargento de Milícias*, “Dialética da malandragem”. Uma aluna escreveu um texto em que abria aspas, reproduzia o título do ensaio, “Dialética da malandragem”, o nome do autor, Antonio Candido, e fazia a cópia totalmente integral do texto, fechando as aspas no final e pondo, depois delas, uma data e a assinatura. Achei extraordinária a repetição. Pensando que a sua diferença poderia significar alguma coisa interessante, chamei-a para conversar. Era uma japonesinha muito bonita, simpática e tímida, que falava o português com sotaque muito carregado, e lhe perguntei o que tinha pretendido. Ela sorriu, fez uma reverência para mim e me disse, “Professoro, Cáa-n-dido é oto-ridaa-de”. Aqui aconteceu no grau máximo o que geralmente ocorre na instituição escolar e em seus aparelhos ideológicos, que quase sempre predeterminam a significação e o sentido dos textos propondo-os aos alunos como verdade unívoca, acabada e fechada, sem admitir a iniciativa do leitor-aluno na produção de significações divergentes da que é autorizada institucionalmente. Aqui, como disse a aluna, a autoria é autoridade. Se minha aluna vivesse no século XVII e ouvisse o sermão de Santo Antônio que o padre Vieira pregou em 1656, talvez sua repetição fosse esperada. Vieira diz, nesse sermão, que teve um pensamento que lhe pareceu não ter autoridade porque não se lembrou de nenhum *auctor* canônico que já o tivesse dito. Mas diz logo em seguida: “Assim o tinha eu imaginado com algum receyo, por ser pensamento sem Author; quando venturosamente o fui achar em Santo Agostinho no livro 2 de Trinitate, onde excita,& resolve a questão pelo mesmo fundamento”(Sermão de Santo Antônio, 1656). Ou seja, Santo Agostinho diz, logo posso dizer. No caso de minha aluna, Candido disse, logo não posso dizer, mas só redizer ou reeditar.

O outro modo também extremo de ler é a hiper-interpretação em que o leitor, principalmente o leitor escolar, subordina a informação do texto ao seu imaginário e, com isso, não observa que o texto é um objeto artificial e que sua interpretação deve obedecer aos limites determinados pela regulação retórica do gênero e do regime discursivo dele. Alunos de um 3º. Colegial noturno de uma escola pública de Carapicuíba observados por uma orientanda minha, Eliane Limonti da Fonseca, que fazia uma pesquisa sobre representações da leitura literária na escola secundária pública

e privada, tinham que ler a proposição de *Os Lusíadas* que a professora lhes passou em cópias mimeografadas. Quando ela lhes perguntou o que entendiam pelo verso “As armas e os barões assinalados”, dois ou três deles disseram “Armas, fessora, os estilete e os 38”. Aqui, o imaginário policial e a experiência do crime se sobrepuseram às convenções retóricas da épica, ou seja, eliminaram totalmente a estrutura do texto, ignorando que liam um texto. Nos dois exemplos, temos dois casos paradigmáticos de leitura que não é propriamente errada, mas besta: a leitura quase que totalmente dominada pela estrutura do texto e pela autoridade institucional do seu valor e a leitura quase ou totalmente dominada pelo imaginário do leitor e pela universalização da particularidade do seu “eu”.

Os leitores devem reconhecer o arbitrário cultural das normas sociais e dos esquemas verbais dramatizados no texto para não sobrepor seu imaginário a ele. É justamente porque reconhecem o arbitrário cultural das normas e esquemas do texto que também reconhecem o arbitrário cultural do seu imaginário e, com isso, podem interferir nele, transformando-o produtivamente segundo um sentido político ou outro. Evidentemente, como disse, a coincidência do leitor com o destinatário textual é parcial, pois estão em pontos diferentes da história. Os “vazios do texto” decorrentes desse intervalo só são preenchidos quando o leitor é capaz de considerar as diferenças culturais que compõem o intervalo para historicizar a leitura como prática datada.

Um teórico alemão da recepção, Karlheinz Stierle, lembra que os contos de fada metem medo nas crianças porque elas os escutam recebendo o imaginário sem o simbólico. Sabemos com a psicanálise e a antropologia que, assim como a loucura, que ignora a sua própria ficção, a alienação sempre é ignorância do arbitrário simbólico, ou seja, ignorância da particularidade histórica do poder da regra. A particularização da regra evidencia a finitude de tudo e quem a conhece também sabe que a morte é a condição de tudo o que diz e faz e, principalmente, condição da sua liberdade, pois a morte também evidencia que as instituições sociais são finitas e que um dia passarão, pois não são natureza. Na escola, a leitura teria função política se as explicações da complicação que é o texto implicassem sempre a particularização da regra simbólica, evidenciando o seu arbitrário enquanto regra, ou seja, a historicidade da razão prática que a institui. Quero dizer: a leitura escolar deveria sempre pressupor a crítica do etnocentrismo e as particularizações da leitura deveriam sempre implicar o pensamento da finitude como condição de possibilidade da linguagem e do pensamento do Outro. Evidentemente, isso é difícil numa sociedade violentamente doente em que a ideologia

da Grande Saúde elimina justamente o pensamento da mortalidade das instituições sociais. Além disso, em geral a instituição escolar tem uma moralidade implícita, mesmo quando se pretende “crítica”, e passa ao lado dessa particularização, pois a particularização também implicaria o questionamento da autoridade com que a instituição exerce seu poder sobre os alunos. Para evitar as armadilhas da reprodução simples da ideologia, a leitura escolar deveria sempre saber que o lugar de suas operações é um lugar institucional que, por ser simbólico, abre sua operação para a dupla possibilidade de combinação e substituição dos elementos materiais que formam o significante. Evidentemente, são muitas as figuras desse Outro produzidas na leitura como referência e efeito do significante. Provavelmente, a principal delas numa educação realmente democrática é a da liberdade do aluno, a liberdade como o acontecimento inesperado produzido em uma tática que subverte uma estratégia e muda a vida administrada.

Para isso, quero lembrar uma quinta coisa fundamental. Deve valer para a leitura, em geral, o que os teóricos alemães da estética da recepção e da leitura demonstram para o texto de ficção. Sabemos que ele funciona como a sua própria poética, pois sua enunciação é construída como figuração intencional de um ato de fala fingido ou contingente em que o papel do autor se relaciona com o próprio texto, não com os objetos, ações e eventos figurados nele como coisas exteriores. A enunciação ficcional finge um ato de comunicação que transforma matérias sociais produzindo efeitos de realidade para o destinatário. Quando ocupa o lugar do destinatário, o leitor estabelece uma relação de comunicação fingida com as coisas figuradas. Seu papel como leitor, diz Stierle, independe do contexto da sua história pessoal como leitor. Como leitor, deve refazer os atos da invenção do texto, que são atos intencionais, ou seja, atos de um “eu” que constitui um “tu” como um destinatário.

Quando o leitor lê, a unidade-mínima de sua leitura é a palavra ou o significante, como “armas”, o primeiro termo do primeiro verso da proposição de *Os Lusíadas*, “As armas e os barões assinalados”, para o qual deve atribuir um significado, fazendo uma equivalência ou tradução com que reconhece uma figura relevante¹ que deverá relacionar com outras figuras relevantes. Evidentemente, no texto a palavra não está em “estado de dicionário”. Seu significado não é unívoco, pois não é só significado

¹ Karlheinz Stierle. “Que significa a recepção dos textos ficcionais?”. In Luiz Costa Lima (Seleção, coord. E tradução). *A Literatura e o Leitor*. Textos de Estética da Recepção. 2 ed. revista e ampliada. São Paulo-Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002, p.138.

gramatical ou significado dicionarizado, mas significado retórico, ou seja, resultante de uma enunciação intencional que relaciona a palavra com matérias simbólicas contemporâneas do texto e anteriores a ele, e que são matérias simbólicas citadas no texto ou pressupostas e ausentes dele. A enunciação refrata, desloca e condensa a significação da palavra, fazendo com que ela admita significações simultâneas e inesperadas que decorrem das associações semânticas estabelecidas entre ela e as palavras anteriores e posteriores da sequência do texto e entre ela e as referências culturais dos campos de saber que são citados. Por exemplo - vou continuar falando de *Os Lusíadas*- “armas” é uma sinédoque, uma parte pelo todo, que significa “armas”, mas valendo por “guerras” ou “feitos militares”, significando indiretamente as guerras da história medieval portuguesa que Camões cita, lendo os cronistas medievais, como Fernão Lopes, e historiadores do seu tempo, Damião de Góis, Rui de Pina e João de Barros. Mas “armas” também é uma tópica do gênero épico doutrinado na *Poética* aristotélica e, no caso de Camões, relaciona-se às virtudes feudais que definem o caráter e a ação dos heróis portugueses como lealdade, honra, força e coragem. Em terceiro lugar, é imitação do primeiro verso da *Eneida*: *Arma virumque cano*, “canto as armas e o varão”. E, principalmente, é um preceito ou protocolo de leitura: é a primeira palavra do poema e indica ao destinatário e ao leitor que devem receber a informação de um modo determinado, não de qualquer modo, e que o estilo é alto, sublime, não estilo lírico ou pastoral de “agreste avena ou frauta ruda”, como lemos na estrofe 5 do Canto I. Se somos leitores de Camões ou de qualquer outro, temos de escolher, entre os significados possíveis de cada palavra e da combinação das palavras, os significados mais adequados ao contexto discursivo em que ocorre a palavra e não apenas ao contexto do nosso imaginário, que evidentemente é outro e não pode coincidir com o texto. Um dos alunos ouvidos por minha orientanda perguntou: “Professora, que quer dizer ‘ século XVI’”, quando a professora explicou que no século XVI não havia revólveres 38. Evidentemente, antes de qualquer dessas condições de que falo, é necessário haver uma escola decente.

O ato de ler é uma redução, como diz Stierle, um ato produtor de sínteses parciais². O texto é um tecido de proposições, ou seja, sempre é uma *complicação*, literalmente, um *com+ plicare*, um conjunto de relações simultâneas que se dobram horizontalmente na sequência da combinação das palavras e verticalmente nas referências citadas, relacionando-se com outras dobras. Como as palavras se ordenam

² Stierle op. cit. pp. 149-151.

em sequência, o leitor também deve saber que a ordem sintática é funcional: a sintaxe funciona como esquema das relações dos significados, esquema que contextualiza e diagrama o significado de cada palavra isolada para construir novas significações horizontais com a relação estabelecida entre elas. No caso de *Os Lusíadas*, o leitor deve observar que o termo “armas” está imediatamente ligado à expressão “barões assinalados”, que significa “varões”, homens, e também “barões”, fidalgos, que são “assinalados”, famosos por seus feitos, tendo por isso a honra e a glória históricas que o canto épico começa a eternizar já no primeiro verso. Assim, a expressão “armas e barões assinalados” é uma antecipação, uma síntese prévia da matéria histórica, do gênero e do estilo do poema, matéria figurada gramaticalmente como um objeto direto posto em realce, antes de tudo, como os dois primeiros termos épicos da proposição de uma epopéia de estilo sublime: “As armas e os barões assinalados”. O leitor deve observar, enfim, que o poema fornece já no primeiro verso o protocolo da leitura adequada. Logo, também deve saber que o verbo desse objeto direto aparece só 15 versos depois, “espalharei”, do verso “Cantando espalharei por toda parte”, porque o poeta ocupa 14 versos para detalhar sua longa matéria histórica: a história de Portugal, do século XII ao XVI, como história das guerras do reino e das conquistas feitas a ferro e fogo pelos reis das dinastias de Borgonha e de Avis; e a viagem de Vasco da Gama à Índia, no final do século XV, como as coisas principais condensadas e anunciadas em “armas e barões”.

Quando lê, o leitor deve dominar vários repertórios de informação: esquemas de ação verbal, como a informação de que o canto é composto com engenho, a faculdade intelectual do juízo, e com arte, os preceitos técnicos do gênero épico. Também deve conhecer normas de regulação social do tempo de Camões, como a oposição de honra fidalga e vulgaridade mercantil que atravessa todo o poema. E informações factuais, como as relativas aos contatos portugueses com lugares da África oriental, Melinde, Mombaça, Sofala etc. E referências poéticas, versos e personagens de Homero, Virgílio, Ovídio, Horácio, Boiardo, Ariosto etc. E referências mitológicas, deuses olímpicos, ninfas aquáticas e seus atributos. E referências filosóficas, teológicas, éticas, hagiográficas, categorias e classificações que remetem a leitura para os sistemas simbólicos de várias tradições transformadas metaforicamente no texto.

A significação de cada palavra e de cada verso isolados do poema é obtida por uma hipótese que o leitor constrói por meio de procedimentos de seleção, redução, equivalência, tradução e contextualização dos significados dos termos relacionados em

seqüência enquanto mobiliza essas referências. Evidentemente, o poema relaciona o significado de termos, versos e episódios com interpretações culturais contemporâneas do poeta que especificam o que é verdadeiro e verossímil. As interpretações prescrevem e determinam associações que hoje, quando o mundo de Camões está extinto, não são familiares ou evidentes. Por isso, o leitor tem que fazer uma hipótese sobre a relação horizontal ou presente dos termos e dos versos; e também sobre as relações deles com referências ausentes, imitadas, citadas, estilizadas ou parodiadas pelo poeta. Para isso, o leitor deve preencher os vazios semânticos que se produzem na justaposição e distância dos termos e também no estilo sublime, nas referências a poetas, filósofos, historiadores, geômetras e astrônomos antigos. E também deve observar a alternância da narração épica, em que o poeta conta a ação diretamente, e da encenação dramática, em que personagens como Vasco da Gama e Paulo da Gama falam, narrando a ação.

O leitor deve se orientar pela maneira da invenção da forma, enfim, entendendo a forma como produto artificioso de um ato de fingir ordenado por preceitos miméticos do gênero épico que transformam a matéria histórica do reino de Portugal. Para reconstituir essa estrutura fundamental determinada pelo gênero, deve refazer a cada momento as escolhas feitas pelo poeta, e, simultaneamente, fazer as associações da sua liberdade de leitor sempre limitada pelas regras dessa estrutura. Há sempre um desnível entre a enunciação do poema e a leitura, evidentemente, e a significação tende a ser a tensão de fechamento e abertura, clareza e hermetismo, determinação e indeterminação. A leitura transforma a estrutura do poema num valor-de-uso inesperado, que é produzido como introdução de indeterminação semântica na determinação semiótica do mesmo. Luiz Costa Lima demonstrou várias vezes que a significação do texto de ficção não se esgota na interpretação temporalmente variável dele. Mas, em qualquer leitura, por definição variável, o leitor deve encontrar a estrutura básica do texto, que permite justamente a comunicação do ato da sua invenção com a sua leitura para evitar as armadilhas ou do texto ou da escola e, ainda, as armadilhas de si mesmo.
